

Catarina Sarmento e Castro

Secretária de Estado dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes

Intervenção da Secretária de Estado dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes, Catarina Sarmento e Castro, por ocasião das comemorações do 101º aniversário do Armistício da Grande Guerra, do 98º aniversário da fundação da Liga dos Combatentes e o 45º aniversário do fim da Guerra do Ultramar

Forte do Bom Sucesso, Belém, 11 de novembro de 2019



É com profundo sentido de dever e uma honra imensa que me dirijo a esta ilustre plateia. Nesta cerimónia repleta de simbolismo, assinalam-se alguns dos momentos mais marcantes da história contemporânea e honra-se a memória daqueles que assumiram os maiores sacrifícios por Portugal.

Cumpre-me, por isso mesmo, expressar um sentido agradecimento público à Liga dos Combatentes pelo convite endereçado para estar presente nesta cerimónia, fazendo-o em representação do Governo.

A Liga dos Combatentes, através da liderança dinâmica do Presidente da sua Direção, o Senhor Tenente-General Chito Rodrigues, tem sido e permanecerá, estou certa, no futuro, um parceiro fundamental do Ministério da Defesa Nacional no cumprimento deste dever de memória que nos assiste. Ao longo da sua história quase centenária, a Liga tem desenvolvido um trabalho de enorme mérito, primordialmente, na promoção e defesa dos interesses e direitos dos seus sócios. A sua implantação



nacional e a densa rede de núcleos que dinamiza, são uma fonte de conhecimento atualizado sobre estes nossos concidadãos e são também um elo privilegiado da ligação entre eles e o Estado e que permitem o conhecimento das inúmeras histórias pessoais de quem serviu Portugal e tudo deu em seu nome.

Este é um conhecimento que muito valorizamos e que nos tem permitido desenhar soluções mais adequadas às suas realidades. Recordaria o desenvolvimento do Plano de Ação de Apoio aos Deficientes Militares, em vigor desde 2015, e que visa garantir condições dignas de saúde e acompanhamento dos deficientes militares na sua velhice, assim como o reconhecimento e apoio das vítimas de stress pós-traumático de guerra e das suas famílias, através do Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar e da Rede Nacional de Apoio e ainda, mais recentemente, a participação do Ministério da Defesa Nacional na Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo, com o objetivo de garantir o acesso a medidas de proteção social



àqueles que, sendo antigos combatentes, possam encontrar-se em especial situação de fragilidade e de carência.

Estas e muitas outras iniciativas fazem parte da ação do Ministério na dignificação e apoio aos ex-combatentes, corrigindo injustiças, e reconhecendo a natureza dinâmica das necessidades desta população.

E estas iniciativas resultam, em larguíssima medida, do diálogo construtivo e continuado que temos mantido com a Liga e com outras associações de antigos combatentes e Deficientes das Forças Armadas.

Foi assim no passado e o meu compromisso é que assim continuará no futuro. Porque muito para além de questões partidárias ou ideológicas, o importante é centrar a nossa energia nas pessoas e nas suas carências, com vista à obtenção de resultados concretos que façam a diferença.

Desejamos contar com todos nesse processo.



Exmo Sr. Almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas,

Exmos Srs. Chefes de Estado-Maior dos três Ramos das Forças Armadas,

O fim da Grande Guerra assinalou-se no ano transato de forma muito marcante, por ocasião do seu centenário. Esse ano de comemorações foi uma oportunidade para visitar a nossa memória histórica de participação na guerra, honrando os que caíram, designadamente, iniciando processos de recuperação dos cemitérios de antigos combatentes em Angola, em Timor Leste – mais uma vez em estreita colaboração com a Liga de Combatentes.

Mas nesse visitar do passado, mantivemos os olhos no presente e no futuro.



Hoje, cumpre-nos reconhecer o enormíssimo salto qualitativo das nossas Forças Armadas, que pouco se assemelha à participação do Corpo Expedicionário Português na Flandres.

Hoje, o profissionalismo, a dedicação, a excelência das nossas Forças Armadas são reconhecidos por todos os nossos aliados e parceiros, nos mais diversos cenários, um pouco por todo o mundo. A valorosa prestação das nossas forças especiais de Comandos e Paraquedistas na República Centro-Africana foi reconhecida, quer pelas Nações Unidas, quer pelas autoridades deste país. A participação portuguesa nesta força internacional é vista como um importante estudo de caso na criação de uma ONU mais robusta, disponível para uma ação mais musculada na defesa de civis em contexto de conflitos armados, cumprindo assim a missão inscrita na sua carta fundadora. Estamos profundamente orgulhosos das nossas mulheres e dos nossos homens que contribuem para esse desígnio de paz e segurança internacional em que nos revemos.



Hoje, mantemos uma presença constante nas frotas navais à disposição da Aliança Atlântica e da União Europeia e ao serviço dos nossos acordos bilaterais de cooperação, nomeadamente no âmbito da CPLP.

Hoje, respondemos 24 horas por dia, 365 dias por ano, às solicitações de quem vive em território nacional, garantindo a ligação com as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, no apoio à proteção civil, em missões de apoio ao desenvolvimento e bem-estar das populações e na resposta a emergências.

Minhas senhoras e meus senhores,

Iniciámos recentemente mais um ciclo governativo do nosso país, e apresentámos para a Defesa Nacional uma visão ambiciosa. Entre os importantes objetivos que traçámos, o reforço da



atenção às mulheres e homens que servem ou já serviram Portugal nas Forças Armadas será a preocupação central da Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes

Por isso mesmo, não tendo sido possível encontrar um consenso em tempo útil na anterior legislatura, retomaremos, desde já, os debates sobre o Estatuto do Antigo Combatente.

Outra prioridade absoluta é garantir e acompanhar a implementação dos dois planos de ação desenhados na anterior legislatura, para a Profissionalização do serviço militar e para a Igualdade.

O Ministério e os Ramos têm de cerrar fileiras sobre esta questão, e dar todos os passos de forma célere e atenta, para garantir a implementação deste conjunto de medidas que resultou de longas e detalhadas discussões.



São propostas sensatas, experimentadas noutros contextos e que, não garantindo por si só a solução para o complexo problema dos efetivos, podem dar um contexto mais favorável ao recrutamento e à retenção nas Forças Armadas.

O Governo estudará todas as opções relevantes e trabalhará diligentemente para encontrar soluções rápidas que revertam ciclos de desinvestimento material, mas também o afastamento emocional, que as Forças Armadas sofreram durante o período da crise financeira.

Quando falamos da recuperação de direitos, de salários, de dignidade para os trabalhadores, é minha forte convicção que as Forças Armadas não podem ser deixadas para trás neste processo.

Muitas outras áreas transversais se podem incluir no âmbito da dignificação da carreira militar, desde a saúde militar, o ensino, ou o reconhecimento das qualificações concedidas no âmbito da



formação militar. Em todas estas dimensões iremos desenvolver trabalho e apresentar propostas.

É neste caminho de serviço e de dedicação à causa pública que me revejo, e podem contar comigo e com toda a estrutura do Ministério da Defesa Nacional para desenvolver esse percurso com todos os parceiros que partilhem a nossa visão.

Muito obrigada e parabéns à Liga dos Combatentes!